

‘Leis de incentivo criam dependência’

Para a ministra Ana de Hollanda, tratar a cultura como indústria vai permitir emancipar o mundo da criação

Titular da Cultura afirma que economia criativa pode preparar ambiente para que produção seja difundida

DE SÃO PAULO

Para a ministra Ana de Hollanda, tratar a cultura como indústria vai permitir emancipar o mundo da criação e livrá-lo dos “vícios” das leis de incentivo. Leia trechos de entrevista da ministra da Cultura concedida à **Folha**.

★
Folha - Por que criar uma Secretaria da Economia Criativa?

Ana de Hollanda - Essa é uma demanda do século 21. As áreas de design, arquitetura e moda representam a maior parcela da cadeia produtiva da indústria criativa e a Cultura não encampava como um assunto seu.

A moda está presente em outros ministérios, mas estava fora da Cultura. E moda é cultura, é criação. Aplicada na indústria. Como o design.

Estamos revendo a forma de tratar a criação artística e cultural. Existem ações, iniciativas isoladas.

Falta uma política mais consistente...

As pessoas vivem muito de eventos, de produzir eventos pela Lei Rouanet. A lei foi criando certos vícios. Não só no mundo artístico mas também no das empresas. Temos de pensar uma política mais organizada, sistemática, para que a cadeia produtiva possa trabalhar do começo ao fim, da criação até a distri-

buição e a venda.

A lei fez mal para a cultura?

A lei tem suas virtudes e é boa para eventos especiais. Mas um trabalho permanente ela não permite.

Os artistas vivem de elaborar “n” projetos para ver em qual edital emplacar. Uma exposição que vai durar um mês e o artista fica três em pré-produção, depois em pós-produção, fazendo aquilo render o máximo. Isso não é profissão.

A economia criativa pode preparar o ambiente para

que isso flua, para que a produção seja difundida.

Como a secretaria trabalhará?

Precisamos profissionalizar o mundo da criação, que é muito informal. Do artesão ao escritor, músico, ator e artista plástico, as pessoas vivem na dependência de agentes intermediários e não se profissionalizam. Vamos trabalhar com outros ministérios: Desenvolvimento, Trabalho, Justiça.

A sra. diria que a Lei Rouanet é como o Bolsa Família, e a

economia criativa, uma porta de saída?

Acho radical a comparação. Há eventos grandes para os quais a lei é fundamental. Mas temos de trabalhar nesse sentido. Não será a curto prazo, mas temos de buscar caminhos para emancipar o mundo da criação.

Vai ter orçamento no ministério para apoiar também a moda, o design, o software?

Essas áreas já são mais sustentáveis, mais estruturadas. Não existe disputa de verba, vamos atrair muito mais recursos.

ANÁLISE

Economia criativa deve ser vista como política de desenvolvimento

ADRIANA DIAS
ESPECIAL PARA A FOLHA

Há dez anos venho trabalhando incansavelmente no desafio de mostrar aos grupos educacionais de peso e tradição deste país que economia criativa é algo sério.

Em 1861, a educação superior era baseada no modelo clássico de universidade, em que se aprendiam latim, grego e um pouco de ciência. A ideia revolucionária de William Barton Rogers, fundador do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), foi pensar que ciência e artes práticas, como a engenharia, deviam dialogar e tinham muito a dizer uma à outra.

Resultando na filosofia do MIT: “Mens et manus” —em latim, “mente e mãos”. Ou seja, teoria e prática, juntas.

Precisamos transformar a geração que está por vir em empreendedores criativos e capazes de atuar em diversas indústrias. Para isso, é preciso minimizar barreiras entre a educação e o mercado, entre a teoria e a prática.

Sim, será preciso agregar o apoio de entidades públicas e privadas, mas todos só têm a ganhar com isso: parcerias com as indústrias poderão trazer dinheiro para escolas e universidades que, em contrapartida, deverão alimentar o mercado com profissionais mais capacitados.

O MIT está aí para lembrar que nada disso é novo. É possível ver a ciência, a tecnologia e a engenharia por prismas mais criativos. Só a educação pode incutir responsabilidade e ética em um povo.

Nosso desafio é bem maior do que o de defender ou descrever o que é economia criativa. Precisamos estar atentos e preparados para usufruir nos próximos anos da atenção que está voltada ao Brasil e ser capazes de fazer negócios com o mercado internacional, seja recebendo-os aqui, seja indo até eles.

Nada contra adjetivos e frases de efeito, mas ser criativo hoje é ser substantivo. É nesse contexto que o Brasil tem a chance de ensinar ao mundo, não o contrário.

Nós, brasileiros, somos competentes em lidar com incertezas e temos combinação maravilhosa de emoção e paixão com trabalho duro, disciplinado e racional.

Economia criativa não deve ser entendida como política cultural, mas de desenvolvimento. Qual o sonho brasileiro? Vamos descobrir juntos. A validação do governo ao tema é apenas o começo.

ADRIANA DIAS é coordenadora dos cursos de gestão do entretenimento da FGV-RJ.

Anúncio

Anúncio